



CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIAS: REVISÃO DA LITERATURA (2009-2015) FRENTE À GARANTIA DE DIREITOS

CHILDREN AND ADOLESCENTS WITH DISABILITIES: REVIEW OF LITERATURE (2009-2015) AGAINST GUARANTEE OF RIGHTS

Deborah Ribeiro Carvalho¹, João Mário Cubas², Neiva Silvana Hack², Verônica Andrade da Silva², Sofia Scatolin³

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia em Saúde (PPGTS). Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

² Mestre em Tecnologia em Saúde. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia em Saúde (PPGTS). Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

³ Acadêmica de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.
ribeiro.carvalho@pucpr.br

Resumo. Apesar de todos os esforços no reconhecimento dos direitos humanos, ainda perduram desafios na sua respectiva efetividade, que podem ser agravados em situações de vulnerabilidade. Crianças e adolescentes constituem um grupo vulnerável, sendo que essa pode acentuar-se quando associada a alguma deficiência. Sendo ainda um tema com poucas produções científicas, o presente estudo se justifica no apoio de processos de tomada de decisão frente às políticas públicas de garantia de direitos de pessoas com deficiência. Objetivou-se com esse artigo identificar o conjunto de produções (artigos, dissertações e teses) que retratassem a implementação de ações relacionadas à garantia de direitos de crianças e adolescentes com as mais diversas deficiências. Trata-se de uma revisão bibliográfica com recorte temporal entre janeiro de 2009 e março de 2014. A pesquisa foi aplicada no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, como também no SCIELO, INDEXPsi, LILACS e Periódicos da CAPES, no período compreendido entre fevereiro de 2014 a abril de 2015. Foram identificados 129 textos, com grande heterogeneidade de abordagens, áreas de conhecimento e objetos de estudo, destacando os seguintes pontos: o tipo de deficiência mais discutida foi a auditiva (19%); o método de estudo mais recorrente foi avaliativo sobre propostas de apoio (29,48%); e distintas reflexões sobre a questão da inclusão. Verifica-se que os estudos que compuseram o escopo dessa pesquisa apontam para possibilidades de garantia de direitos, proporcionando a vivência social e comunitária deste público.

Palavras-chave. Criança e adolescente com deficiência; inclusão; direitos da criança e do adolescente.

Abstract. Despite all efforts to recognize human rights, challenges remain in their effectiveness, which may be aggravated in situations of vulnerability. Children and adolescents constitute a vulnerable group, which can be accentuated when associated with a disability. Being still a subject with few scientific productions, the present study is justified by the support of decision-making processes in front of the public policies of guaranteeing the rights of people with disabilities. The objective of this article was to identify the set of productions (articles, dissertations and thesis) that portrayed the implementation of actions related to guaranteeing the rights of children and adolescents with the most diverse disabilities. This is a bibliographical review with a temporal cut between January 2009 and March 2014. The research was applied in the Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, as well as in the SCIELO, INDEXPsi, LILACS and CAPES paper database, from February 2014 to April 2015. A total of 129 texts were identified, with a great heterogeneity of approaches, areas of knowledge and objects of study, highlighting the following points: the most discussed type of disability was auditory (19%). The most recurrent method of study was evaluative on support proposals (29.48%); and different reflections on the issue of inclusion. It is verified that the studies that made up the scope of this research point to possibilities of guaranteeing rights, providing the social and community life of this public.

Key words. Children and adolescents with disabilities; inclusion; child and adolescent rights.



1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre cidadania das crianças e adolescentes no Brasil permite constatar uma série de conquistas legais nas últimas décadas, bem como desafios a serem superados na implementação dos seus direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, instituído pela Lei Federal 8069/1990¹ representa um dos marcos da cidadania para a infância e adolescência no Brasil. Trata-se do conjunto de normas que rege sobre os direitos e deveres da criança e do adolescente, bem como a responsabilidade da família, do Estado e da sociedade, ordenando questões processuais e tipos penais^{2,3}. Orienta e exige a proteção integral ao seu público alvo, que compreende ações integradas em áreas diversas, tais como educação, saúde, assistência social, habitação, esporte, lazer, cultura, preparo para o mundo do trabalho, dentre outras.

Parte das conquistas legais correspondem a movimentos mundiais na Defesa dos Direitos Humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, contempla 30 artigos que afirmam a igualdade em dignidade e em direitos a todos os homens e mulheres, independentemente da faixa etária. Na discussão sobre a implementação, pelos Estados signatários, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, identificou-se a “necessidade de reconhecer as diversidades e diferenças para concretização do princípio da igualdade.”⁴. O Programa Nacional de Direitos Humanos III⁴ – PNDH 3 reconhece que determinados públicos exigem maior atenção para que se efetive a igualdade, dentre eles: crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas homossexuais e povos tradicionais. Sob este entendimento, é possível perceber que a garantia de direitos às crianças e adolescentes com deficiência é um desafio ainda maior se comparado aquelas sem deficiência, pelo fato de pertencerem igualmente a dois grupos sociais vulneráveis: pela faixa etária e pela condição da deficiência.

Cherubim² destaca o olhar diferenciado a este público, afirmando que o princípio da prioridade absoluta deve tornar-se ainda mais enfático, bem como deve-se prevenir os agravos

decorrentes da falta de cuidados adequados na preservação da vida e saúde.

A questão da criança e adolescente com deficiência está explícita na Convenção sobre os Direitos da Criança⁵, na qual os Estados Partes reconhecem o direito deste público de receber cuidados especiais; assistência adequada às suas necessidades; apoio a sua família; acesso efetivo à educação, capacitação, saúde, reabilitação, lazer e preparação para o trabalho, oportunidades de integração social e desenvolvimento individual. Firma-se entre os Estados Partes um compromisso de cooperação e intercâmbio de informações no campo da prevenção e atendimento em saúde para crianças com deficiência. Destaca o reconhecimento da dignidade desses sujeitos e de seu direito a desfrutar de uma vida com condições de autonomia e participação na comunidade.

Em 1975, foi aprovada a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes pela Organização das Nações Unidas – ONU, que garantia a dignidade humana às pessoas com deficiência, igualando os mesmos direitos civis e políticos pertencentes a todos os seres humanos⁶. Na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência⁷, homologada pela Assembleia das Nações Unidas no ano de 2006, o Artigo 7º trata da temática das “Crianças com Deficiência”, destacando o compromisso firmado entre os Estados Partes em oportunizar que as crianças e adolescentes com deficiência desfrutem plenamente de seus direitos, em igualdade de oportunidades com as demais crianças e defendendo o direito da livre expressão, com valorização da sua opinião, conforme sua idade e maturidade.

Em 1994, foi publicada a Declaração de Salamanca, produto da Conferência Mundial de Educação Especial, que trata dos princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Um destaque é a defesa do direito da criança e adolescente com deficiência de ter acesso à educação regular, compreendidas as suficientes e qualificadas adaptações que o ambiente escolar deva adotar. “Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma

sociedade inclusiva e alcançando educação para todos”⁸.

Fica explícito o avanço legal na defesa de direitos das crianças e adolescentes com deficiência. No entanto, deve-se considerar os processos e percursos de implementação destas leis. Não se pode dizer que todas as crianças e adolescentes brasileiros vêm tendo seus direitos assegurados. Crianças e adolescentes ainda tem seus direitos violados por conta da pobreza, raça ou exclusão geográfica. Segundo Bernandes *et al*⁹, 80% da população com deficiência vive em países em desenvolvimento, sendo que essas pessoas estão dentre as mais estigmatizadas, são as mais pobres e possuem os níveis mais baixos de escolaridade, o que vem a caracterizar a violação dos direitos humanos universais. No diagnóstico situacional realizado por Cavalcante *et al*¹⁰, acerca da violência contra crianças e adolescentes com deficiência em três instituições do Rio de Janeiro, consta a prevalência dos grupos compostos por pessoas com deficiência física e mental que mais sofriam maus tratos. Inclusive o grupo de pessoas com deficiência mental, apresentou o maior percentual em todos os tipos de abuso e violação dos direitos.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF¹¹, crianças e adolescentes com deficiência sofrem mais violência do que as demais devido sua exclusão da escola, emprego e convivência comunitária; à ignorância e crenças negativas sobre a deficiência e o entendimento de que são “alvos fáceis” para os abusadores.

No Brasil, a produção científica sobre deficiência ainda é escassa, sendo essa uma nova área de pesquisas e intervenções em saúde pública. O termo deficiência necessita ser melhor compreendido e discutido pela sociedade, bem como faz-se necessário o fortalecimento das políticas públicas de apoio à pessoa com deficiência¹².

O presente trabalho realiza uma pesquisa bibliográfica sobre crianças e adolescentes com deficiência. A questão que fundamenta a pesquisa é quais avanços têm sido implementados para a consolidação dos direitos alcançados para as crianças e adolescentes com deficiência?

Objetiva-se com esse artigo, identificar o conjunto de produções científicas que relatam a implementação de ações relacionadas a

garantia dos direitos de crianças e adolescentes com as mais diversas deficiências.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Tipo de estudo

Trata-se de uma revisão bibliográfica, baseada em artigos, dissertações e teses. Adotou-se o descritor “*crianças e adolescentes com deficiência*”, para pesquisa em publicações do período entre janeiro de 2009 e março de 2014.

2.2 Temporalidade e desenvolvimento do estudo

O enfoque do estudo foi dado na análise da contribuição da produção científica dos últimos cinco anos para a implementação de práticas que minimizem a violação de direitos sofrida por crianças e adolescentes com deficiência no Brasil. A pesquisa foi realizada no período compreendido de fevereiro de 2014 a abril de 2015.

Foi realizada a busca de dissertações e teses no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Nessa etapa, tendo como referencial o estudo desenvolvido por Rizzini & Menezes¹³, realizaram-se buscas por teses e dissertações diretamente nos sites dos Programas de Pós-Graduações citados pelas autoras, sendo eles: Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, direcionando para o Programa de Pós-Graduação em Educação. Objetivou-se ainda a coleta de materiais produzidos no estado do Paraná, assim buscou-se por trabalhos publicados e/ou realizados pelas equipes de pesquisa da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR e Universidade Estadual de Maringá – UEM. Tais universidades foram selecionadas por disponibilizarem um acesso facilitado a suas produções por meio de bibliotecas digitais. O interesse pelas produções desenvolvidas no estado do Paraná está ligado ao recorte geográfico principal do grupo de pesquisas que abriga o presente estudo – “Perfil das crianças e adolescentes com deficiência do estado do Paraná” – vinculado ao Programa de Pós Graduação em Tecnologia em Saúde – PPGTS da PUCPR.

Com relação aos artigos, foi empregado o mesmo descritor: “*crianças e adolescentes com deficiência*”. As buscas desses documentos restringiram-se as bases de dados SCIELO, INDEXPsi, LILACS e Periódicos da CAPES.

2.3 Critérios de inclusão dos documentos

Tanto para as teses e dissertações, quanto para os artigos encontrados, foram estabelecidos como critério de seleção documentos com as seguintes palavras-chave: adolescentes com deficiência, autismo, crianças com deficiência, direitos da criança e do adolescente com deficiência, inclusão, institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência, paralisia cerebral, psicose infantil, rede de atendimento, Síndrome de Down, Síndrome de Prader-Willi, tecnologias, violência contra criança e adolescente com deficiência.

Não foi delimitado um tipo específico de deficiência, mas incorporadas todas as expressões de deficiências e síndromes encontradas na busca bibliográfica.

2.4 Sistematização dos documentos

Para a sistematização dos textos selecionados, elencaram-se as seguintes variáveis para compor o quadro resumo: local onde o documento foi encontrado, número de ordem, ano de publicação ou defesa, tipo do documento (artigo, tese ou dissertação), referência (referência bibliográfica), área do conhecimento (normatizado conforme estabelecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ)¹⁴, palavras-chave, temática, descrição do tema, problema, metodologia e resultados. Para sistematizar os resultados definiram-se os seguintes temas para propiciar uma melhor compreensão dos estudos: I) Tipos de documentos e grandes áreas do conhecimento; II) Tipos de deficiências; III) Temática, IV) Tipos de estudos. Por fim, na discussão fez-se uma reflexão acerca dos trabalhos pesquisados.

3. RESULTADOS

3.1 Tipos de documentos e grandes áreas do conhecimento

A busca resultou num quadro resumo composto por 129 trabalhos, sendo 29 teses, 73 dissertações e 27 artigos. Foi possível dividir os

documentos em grandes áreas do conhecimento, conforme normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ¹⁴. Em Ciências da Saúde, identificou-se 32 documentos (16 artigos, 13 dissertações e 3 teses), sendo das áreas de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Saúde Materno Infantil, Fonoaudiologia, Educação Física e Saúde Coletiva. Já em Ciências Humanas foram encontrados 95 documentos (10 artigos, 59 dissertações e 26 teses), voltados para Psicologia, Educação (mais precisamente em Educação Especial), Serviço Social e Sociologia. Ressalta-se que na área das Ciências Humanas, os documentos relacionados à educação, foram os mais encontrados, sendo que quase 80% dos trabalhos, eram voltados para essa área. Encontrada uma dissertação de mestrado na grande área de Linguística, Letras e Artes, voltada para a área da Música, e uma dissertação na grande área de Ciências Exatas e da Terra, voltada para a área da Informática enquanto instrumental de inclusão.

3.2 Tipos de deficiência

Com relação ao tipo de deficiência observaram-se três formas de abordagem: trabalhos que discutem a questão de maneira ampla, não especificando o tipo da deficiência (24%); aqueles que delimitam um tipo específico de deficiência (66%) e outros que abordam mais de um tipo (10%).

As publicações que tratam a temática de forma ampla estão geralmente relacionadas às discussões sobre a inclusão. Apontam que a inclusão é um direito de todo e qualquer cidadão e seus princípios devem ser aplicados de forma equânime, independentemente do tipo de deficiência. Scherer¹⁵ conduz uma abordagem filosófica, em que discute a insuficiência do próprio termo “inclusão”.

Segundo o autor, existe um conflito epistemológico entre racionalismo e antirracionalismo, diretamente ligado ao termo inclusão, e que impacta na efetividade das políticas públicas.

Referencia-se no conceito de humanização proposto por Freire (1997) citado por Scherer¹⁵ como alternativa para superação deste conflito.

Tabela 1. Frequência absoluta e relativa dos tipos de deficiências encontradas nos estudos.

	FA	FR
Auditiva	24	19%
Intelectual	12	9%
Altas habilidades	3	2%
Visual	12	9%
Física	12	9%
Autismo	9	7%
Distúrbio de linguagem	3	2%
Síndromes	10	8%
Surdocegueira	3	2%
Estudos de mais de um tipo	10	8%
Aplicáveis a qualquer tipo	31	24%
TOTAL	129	100%

Notas: FA = frequência absoluta. FR = frequência relativa. Fonte: Os autores (2016).

Outra proposta conceitual, aplicada à efetividade das políticas públicas e da equidade entre pessoas com deficiência e as demais, foi desenvolvida no estudo de Murata¹⁶, em que se apresenta o conceito de resiliência como estratégia frente às diferentes adversidades vivenciadas pela criança ou adolescente com deficiência.

Nos estudos que abordam tipos específicos de deficiência, observou-se a intenção de verificar no cotidiano, a aplicação do direito à inclusão. Nota-se o cuidado com as requisições específicas a cada tipo de deficiência. Embora o direito seja válido e exigível para todos, as diferentes formas de deficiência produzem também diferentes necessidades e demandam investimentos distintos em acessibilidade, implementação de metodologias e tecnologias, capacitação profissional e promoção de relações familiares e comunitárias.

Foi possível perceber um grande destaque na produção científica sobre a deficiência auditiva, com dois fatores importantes para análise: a maior incidência quantitativa comparada aos demais tipos (19%) e a identificação de estudos preventivos, sendo três dos 24 selecionados. Os autores que tratam a deficiência auditiva fazem destaque às conquistas obtidas pela própria comunidade surda, entendida como um espaço de relações, convívio e participação política de pessoas surdas, na defesa de seus direitos¹⁷. Tais conquistas envolvem a concepção da “cultura

surda”, em que se entende que existe um universo de comunicação e produção intelectual e relacional distinto, vivido pelas pessoas surdas, o qual não é dominado pelas pessoas ouvintes^{18,19}. Trata-se da adoção de uma postura multiculturalista, em que se reconhece a existência de diferentes grupos sociais em uma só sociedade¹⁹.

Na sequência, em termos quantitativos de produções selecionadas, evidenciaram-se igualmente a deficiência intelectual, deficiência visual, física com 9% cada e síndromes (8%). Entre as síndromes, nove de 10 estudos trataram da Síndrome de Down e o outro da Síndrome de Prader-Willi.

3.3 Temática

A análise das produções bibliográficas sobre a criança e adolescente com deficiência, permitiu identificar um conjunto bastante heterogêneo de temáticas abordadas. Destacaram-se publicações subdivididas nos seguintes grupos: “desenvolvimento e avaliação de programas de atendimento e promoção à inclusão” (16%); “educação inclusiva no ensino regular” (16%); “desenvolvimento e avaliação de tecnologias para a promoção da inclusão” (9%); “interações/habilidades sociais” (9%); “comunicação e linguagem” (8%) e “relações familiares” (6%). Observou-se um conjunto de trabalhos focados na promoção da inclusão em ações específicas de ensino, tais como: educação física, leitura, língua estrangeira, matemática, música, português e química, totalizando 12% das produções. Identificaram-se também estudos sobre a “composição corporal e avaliação de funcionalidade” (4%); “intervenção, diagnóstico e intervenção precoce” (4%); “violência contra crianças e adolescentes” (4%); “contribuições teóricas para a inclusão” (3%), e, em menor proporção, com incidência entre 1% e 2%, constaram estudos nas seguintes temáticas: “avaliação de desenvolvimento global”; “capacitação de professores e outros profissionais para a promoção da inclusão”; “defesa e garantia de direitos”; “desempenho sócio-cognitivo”; “educação em escolas especiais”; “institucionalização”; “preparo para a inclusão profissional de adolescentes com deficiência”; “produção cultural e literária de crianças e adolescentes com deficiência”, “qualidade de vida autopercebida”, “redes de apoio” e

“resiliência frente a fatores de vulnerabilidade e risco”.

Ficou evidente o número de produções que tratam de programas e tecnologias específicos, voltados à inclusão. Tais estudos indicam a contribuição acadêmica no desenvolvimento de estratégias que consolidem a inclusão da criança com deficiência e efetivem as proteções que lhes são asseguradas por lei. Seguem os programas propostos e/ou avaliados: “saúde auditiva para crianças e adolescentes”; “treinamento parental para manejo de comportamento de crianças com deficiência”; “adaptação cultural do inventário de comportamentos autísticos – ICA”; “acompanhamento da criança surda por cartografia”; “projeto docência compartilhada”; “desenvolvimento de habilidades de comunicação junto a crianças com distúrbios específicos de linguagem”; “programa educacional institucional para independência de jovens com deficiência intelectual na realização das Atividades de Vida Diária – AVDs”; “equivalência de estímulo para a aprendizagem de crianças com deficiência visual”; “apoio à inclusão de alunos com deficiências múltiplas”; “informática como estratégia para inclusão escolar”; “estimulação aquática para bebês com deficiência”; “desenvolvimento de AVDs por crianças com baixa visão”; “estimulação psicomotora para crianças com deficiência visual” (dois estudos); “adaptações visuais para atividades de alunos com surdocegueira”; “intervenção com animais no desenvolvimento psicomotor de crianças com deficiência mental”; “tradução do questionários CHORES para o português – Brasil”; “função motora de crianças com Paralisia Cerebral Hemiplégica Espástica”.

Na sequência, temos os tipos de tecnologias desenvolvidos e/ou avaliados: “material hipermídia sobre dispositivos sonoros portáteis individuais”; “implante coclear”(dois estudos); “comunicação alternativa em alta tecnologia voltado para crianças com autismo, não oralizadas”; “adaptação e apropriação de tecnologias assistivas”; “recurso bilíngue para turmas com crianças com deficiência auditiva”; “tecnologia assistiva na escolarização do aluno com paralisia cerebral”; “programa de consultoria colaborativa”; “tecnologia assistiva na promoção do brincar para crianças com paralisia cerebral”; “tecnologia assistiva – estudo conceitual”; “software de alfabetização

fônica”; “próteses auditivas em crianças e adolescentes”.

Outro campo que conta com significativa contribuição científica é a educação inclusiva. Dos 129 trabalhos selecionados, 20 referem-se à educação inclusiva no ensino regular; 1 trata da educação em escola especial e 13 referem-se ao ensino em disciplinas específicas. Considerem-se também as produções anteriormente citadas que, em suas avaliações de programas ou tecnologias, tinham como fim promover a inclusão educacional. Percebe-se na maioria destes trabalhos a referência ao direito de todas as crianças à educação e o direito das crianças e adolescentes com deficiência em acessar esta política pública por meio de escolas regulares. A temática é tratada de forma distinta nas diferentes produções. A grande maioria referência a Declaração de Salamanca e/ou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação^{15,17,19-39}. Dentre os problemas identificados, encontrou-se a necessidade de se conhecer em que medida a implementação das legislações vem ocorrendo nos municípios brasileiros; como profissionais e estruturas estão preparados para este formato de trabalho e quais as percepções que profissionais e familiares desenvolvem sobre a questão.

Scherer¹⁵, Lima²⁰, Tsukamoto²¹, Leonel²³, Gebrael³¹, Leme³⁵, Franca e Barbato⁴⁰ tratam da importância da formação dos docentes para que estejam preparados para promover a inclusão. Identificou-se o comprometimento dos programas de mestrado e doutorado com o conhecimento da realidade, necessidades e alternativas para melhoria da formação docente para inclusão.

Teixeira³⁷ realiza um estudo para identificação de barreiras que impedem a inclusão escolar de alunos com deficiência física e conclui que as unidades de ensino estão se adequando, embora ainda exista um número de barreiras percebidas pelos alunos, bem como destaca que na percepção destes há maior desafio na superação das barreiras sociais do que nas barreiras físicas. Tal produção converge com o trabalho de Leme³⁵ ao afirmar que para a efetividade na inclusão “a estrutura da escola precisa ser modificada não apenas na retirada de barreiras arquitetônicas, mas também, pela conscientização de que a inclusão está nas mudanças atitudinais”.

Um referencial teórico de destaque na discussão da educação inclusiva é Vygotski, cujo legado fundamentou vários dos trabalhos^{19,23-25,40-42}.

As produções que tratam das habilidades sociais de crianças e adolescentes com deficiência, das suas relações familiares e de questões sobre comunicação e linguagem, alinham-se à defesa do direito de convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, conforme previsto no ECA (Capítulo 3)⁴² e ao direito de participação e livre expressão de opinião, segundo a declaração sobre os direitos da pessoa com deficiência (artigo 7º, III). Observa-se a contribuição científica no objetivo de favorecer as expressões e a comunicação, mesmo nos casos que exigem um maior investimento de metodologias, tecnologias e recursos, tais como a surdocegueira^{24,28} e o autismo^{43,44}. Diretamente dedicado aos aspectos de comunicação, interação e relações familiares, está o trabalho de Ikonmidis⁴⁵ que avalia as interações familiares com crianças surdocegas, em análise comparativa entre grupo que recebe atendimento especializado e grupo ainda sem atendimento. Tal pesquisa evidencia o comprometimento de familiares de ambos os grupos na promoção da convivência com as crianças surdocegas, contudo entre aqueles que recebem suporte especializado, percebe-se melhor qualidade de expressão dessas crianças e usufruto das oportunidades de interação promovidas.

Ainda na perspectiva da família, destaca-se a abordagem adotada por Araújo⁴⁶ que desenvolveu pesquisa-ação junto a um grupo de pais de crianças com deficiências severas ou múltiplas, com vistas ao empoderamento para a defesa dos direitos. O percurso desenvolvido junto aos familiares tinha o objetivo de superar condições passivas frente às problemáticas relacionadas às deficiências de seus filhos; fortalecer habilidades e capacidades para tratar de seus problemas, propor soluções e defender seus direitos; e avançar para a promoção da transformação social. Os resultados da intervenção foram positivos, com 92% de aprovação dos pais, bem como geraram um impacto positivo não previsto, de fortalecer a rede de suporte mútuo entre os familiares⁴⁶.

Estudos dedicaram-se à promoção do brincar para as crianças com deficiência. Estes

foram desenvolvidos por Sanini *et al*⁴⁷, com foco para crianças autistas, e por Zuttin²⁹ voltado às crianças com paralisia cerebral. O brincar é considerado fundamental para o desenvolvimento infantil e é reconhecido como direito de toda criança no Brasil, desde a aprovação do ECA. Na produção de Ferroni⁴⁸, brinquedos são utilizados como instrumentos em técnicas de ensino de conceitos para crianças com deficiência visual associada à deficiência física.

3.4 Tipo de Estudo

Entre os tipos de estudos realizados, foi possível perceber uma grande incidência de estudos avaliativos de propostas metodológicas/tecnológicas de apoio à criança/adolescente com deficiência e/ou sua família (29,4%). Nessa perspectiva, 22 trabalhos (57,8%) ressaltam a inclusão, a tecnologia assistiva e a utilização de recursos tecnológicos na inclusão de crianças e adolescentes com deficiência, bem como avaliação de programas de ensino e experiências educacionais, como a informática como estratégia de ensino e inclusão escolar.

Faz-se necessário nesse momento, tendo em vista as políticas educacionais de inclusão, como também o contingente de materiais encontrados, conceituar o termo tecnologia assistiva. Melo (1997) citado por Alves⁴⁹ (2009), com base no *American Disabilities Act –ADA*, caracteriza o termo como qualquer item, peça de equipamento ou sistema de produtos, adquirido comercialmente ou desenvolvido artesanalmente, modificado ou feito sobre medida, que é utilizado para aumentar, manter ou melhorar habilidades de pessoas com limitações funcionais, sejam físicas ou sensoriais. Conforme apontado pela referida autora, define as principais áreas de atuação da tecnologia, como nas AVDs, controle ambiental, adequação para *déficits* visuais e auditivos, equipamentos para a mobilidade, adaptações em veículos, comunicação alternativa e/ou ampliada, dispositivos para uso em computadores.

A análise de legislação e políticas públicas de inclusão, e análise de documentos/literaturas publicadas sobre o tema, foram os outros dois tipos de estudo com maior relevância nos documentos encontrados. Cada tipo de estudo deteve 4,6% de todo o material encontrado.

No estudo de Lago²⁷ é apontado que, nas últimas décadas, as escolas vêm sendo desafiadas a construir uma proposta educacional que contemple todos os alunos. A educação vem passando por grandes modificações e o número de matrículas de alunos com deficiência aumentou consideravelmente nas escolas públicas de todo o país.

Nota-se uma forte preocupação, especialmente entre os pesquisadores da área da educação, sobre a aplicabilidade das leis nacionais que asseguram à pessoa com deficiência o direito à matrícula e compor turmas da educação regular. Veltrone⁵⁰, em sua tese de doutorado, remonta a perspectiva de inclusão escolar que foi adotada nos movimentos de reforma da educação brasileira a partir de 1990, vindo a propiciar garantias legais para que a escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais pudesse acontecer em classes comuns das escolas regulares.

A inclusão é discutida sob óticas e experiências distintas nas publicações selecionadas, que apontam desafios e caminhos possíveis, porém ainda se nota escassez dos serviços, como apontado no estudo de Cavalcante *et al*¹⁰ com relação a inserção escolar. Observou-se em seu estudo, que apenas 45,2% das crianças e jovens com deficiência frequentavam o ensino regular ou especial¹⁰, o que pode ser correlacionado com o estudo de Aoki *et al*⁵¹, quando é citado acerca da precariedade da educação.

Estudos comparativos entre grupos de crianças e adolescentes com diferentes deficiências também obtiveram relevância de 3,8% de toda a documentação levantada. Já estudos comparativos entre crianças e adolescentes com e sem deficiência obtiveram 3,1% do material encontrado.

O levantamento de demandas de familiares de crianças e adolescentes com deficiência também foi considerado relevante, contando com quatro documentos sobre o assunto. Neste caso, menciona-se o estudo desenvolvido por Hiratuka⁵², que em sua dissertação, buscou identificar as principais demandas de mães de crianças com diagnóstico de paralisia cerebral grave, em relação às orientações recebidas pelos profissionais envolvidos no tratamento da criança; na participação da criança e sua família na

comunidade; e na relação com as outras fontes de apoio recebidas para o cuidado e desenvolvimento da criança.

4. DISCUSSÃO

A sistematização dos resultados obtidos nesta pesquisa permitiu observar avanços importantes, bem como um campo vasto de estudos possíveis para o futuro.

Dentre os 129 trabalhos selecionados, destacou-se a grande heterogeneidade de produções. Isso indica que pesquisadores de distintas áreas tem se dedicado no estudo de questões relevantes às crianças e adolescentes com deficiência. A problemática fundamental do corpo de trabalhos analisado foi a inclusão destas crianças. Assim, estão os presentes trabalhos com foco na análise e contribuição teórica para a inclusão; formas de implementação das conquistas legais neste campo, com amplo destaque para as políticas de inclusão escolar, proposições e avaliação de programas, métodos e instrumentos voltados à inclusão escolar, familiar e social.

A questão da inclusão é vista, nos diferentes trabalhos, ora como avanço, ora como desafio e mesmo como aspecto a ser superado. Enquanto conquista, a inclusão está contemplada em documentos legais do Brasil e internacionais, que defendem a equidade entre os seres humanos e a tornam compromissos de Estado e de sociedades, fazendo do ideal igualitário um direito exigível, cuja não observância é passível de punição. Enquanto desafio, percebe-se que existem ainda dissonâncias entre os direitos assegurados em lei com as práticas e vivências cotidianas. Nos trabalhos analisados, tal afirmativa ficou evidente nas análises sobre a implementação das políticas de inclusão escolar e sobre as barreiras que a impedem. Embora municípios e escolas apresentem programas e projetos alinhados com as previsões legais, ainda estão presentes as barreiras físicas, barreiras sociais, despreparo dos docentes e mesmo a pouca discussão sobre o impacto da inclusão no que se refere às mais diversas formas de deficiência. Surgem ainda produções que criticam o próprio conceito de inclusão e apontam estratégias alternativas e entendidas como mais adequadas ao direito à equidade entre pessoas com e sem deficiência.

A área da inclusão escolar destacou-se na produção científica. Por se tratar de um estudo sobre a pessoa com deficiência, num recorte bastante específico, que são as fases da infância e adolescência e, mesmo pelas linhas de concentração dos trabalhos pesquisados em duas das faculdades selecionadas (UFSCar e UFRGS), destacou-se sobremaneira o número de produções na área da educação. Entendido que a educação é reconhecida como direito de todas as crianças, sejam elas com ou sem deficiência e que a Declaração de Salamanca aponta como dever dos países que a assinam, que esta educação deve acontecer, prioritariamente, no ambiente regular de ensino, surgem uma série de questões para pesquisa e desafios impostos a profissionais e pesquisadores sobre os aspectos que permeiam a verdadeira inclusão escolar. Percebe-se o interesse dos profissionais com a inclusão, que se confronta com os desafios cotidianos e impulsiona o desenvolvimento de estratégias eficazes. Assim, foram identificados os estudos sobre barreiras, as produções que trataram da formação de docentes para a inclusão, os diferentes trabalhos em áreas de ensino específicas, tais como a matemática, educação física, química e outras. Percebe-se que o movimento da inclusão escolar gera impacto em todas as diferentes formas de inclusão, dando visibilidade a características específicas das crianças e adolescentes com deficiência, que não eram suficientemente consideradas na sociedade, tais como adequações físicas, de instrumentos didáticos, mobilidade, comunicação e linguagem. Alguns trabalhos levam a apreender o compromisso de profissionais e familiares com a inclusão daquelas crianças que possuem alto grau de dificuldade em habilidades sociais e nas interações. Em geral, percebe-se que o espaço científico, formado por atores que, além de pesquisadores, são atuantes como profissionais em suas áreas de pesquisa, está dedicado a problematizar e ofertar contribuições com a inclusão escolar.

Entre as produções selecionadas para análise, nenhuma dedicou-se exclusivamente a tratar da questão da defesa de direitos das crianças e adolescentes com deficiência. Embora, seja possível interpretar que cada uma das diferentes abordagens deixou sua contribuição para a discussão da necessidade e efetividade dos direitos assegurados a este

público. Partindo do pressuposto que, no Brasil, o principal documento legal nesta área é o ECA, identificou-se as produções em suas contribuições com aqueles que são entendidos como os “cinco direitos fundamentais”, sejam eles: 1. Vida e Saúde; 2. Liberdade, Respeito e Dignidade; 3. Convivência Familiar e Comunitária; 4. Educação, Cultura, Esporte e Lazer; 5. Profissionalização e Proteção no Trabalho. É possível perceber que cada produção deixou seu legado para o avanço na efetividade de um ou mais destes direitos, embora esta correlação não esteja explícita em seus relatórios finais, bem como, na maioria das vezes, o ECA não seja ao menos citado.

Contudo, a pulverização das produções em tão distintas áreas pode indicar certa fragilidade no que trata de sua articulação, aplicabilidade e continuidade. O esforço de análise dos resultados obtidos permitiu o estabelecimento de quadros de análise e olhares comparativos. Porém não foi observado um diálogo entre as diferentes produções, que lhes caracterizasse como um conjunto articulado de esforços na mesma meta da defesa de direitos das crianças e adolescentes com deficiência. Percebe-se a necessidade de amadurecimento do universo científico no trato das questões, com aproveitamento de esforços já realizados e continuidade e aprofundamento dos estudos. Tal panorama apresenta o risco do acúmulo numérico de produções, sem que estas ofereçam qualidade em seus resultados e proposições.

5 CONCLUSÃO

Verifica-se a preocupação acadêmica na área da deficiência, porém nota-se a escassez de materiais que busquem trazer a análise sobre a violação dos direitos das crianças e adolescentes com deficiência propriamente dita.

Vislumbra-se a inclusão como principal tema chave na compilação dos materiais pesquisados, o que pode denotar a preocupação dos profissionais acerca da equidade entre crianças e adolescentes, porém o direito dessas crianças e adolescentes com deficiência não se torna foco de seus trabalhos.

De maneira abrangente, os estudos apontaram um caminhar positivo para se chegar aos direitos dessa população, pois minimizam em seu enfoque a discriminação, amenizando as barreiras que são impostas pela sociedade, possibilitando a vivência social e comunitária.

O estudo teve como pressuposto o comprometimento com a defesa de direitos das crianças e adolescentes e o enfrentamento a todos os tipos de violação. No aspecto científico, permite o estabelecimento de pontos de partida de novas pesquisas e, no aspecto social, oportunizando a estudiosos e defensores da causa das crianças e adolescentes com deficiência, subsídios teóricos e referências úteis para ações de planejamento, gestão e controle social.

O presente artigo oferece, como contribuição, um quadro compilado das publicações na área, nos últimos cinco anos, permitindo que novos estudos sejam realizados de maneira integrada e responsável com a continuidade e amadurecimento da produção científica na área. O quadro mencionado encontra-se a disposição dos interessados, devendo ser solicitado por meio de correio eletrônico (e-mail): ribeiro.carvalho@pucpr.br

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília; 16 jul. 1990.
2. Cherubim MB. Os direitos da criança portadora de deficiência e o benefício de prestação continuada. Rev. Dir. Publico. 2008; 3 (3): 280-299.
3. Ferreira ACC, Pinto ARC, Dutra DA, Santos AL, Abib S. O enfermeiro frente à problemática da criança e o adolescente vítima de violência sexual. Rev UNIANDRADE. 2013; 13 (1): 71-93.
4. Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. PNDH 3-Plano Nacional de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República; 2010.
5. Brasil. Decreto nº 99.710 de 21 de Novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os direitos da Criança. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 nov. 1990b.
6. Bravo AD. Análise bibliométrica da produção científica sobre direitos das pessoas com deficiência [tese]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2013.
7. Brasil. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto 2009. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília; 25 ago. 2007.
8. UNESCO. Declaração de Salamanca de Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais – dotado pela Conferência Mundial da UNESCO sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca, 7 a 10 de Junho de 1994. Disponível em <http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf>
9. Bernardes LCG, Maior IMML, Spezia CH, Araújo TCCF. Pessoas com deficiência e políticas de saúde no Brasil: reflexões bioéticas. Ciênc. saúde colet. 2009; 14 (1): 31-38.
10. Cavalcante FG, Marinho ASN, Bastos OM, Deus VV, Maimone MS, Carvalho MM, Fiaux, MP, Valdene RSR. Diagnóstico situacional da violência contra crianças e adolescentes com deficiência em três instituições do Rio de Janeiro. Ciênc. saúde colet. 2009; 14(1): 45-56.
11. Unicef. Violence against Disabled Children. Summary Report. UN Secretary Generals Report on Violence against Children. Thematic Group on Violence against Disabled Children. Findings and Recommendations. United Nations, New York, 2005.
12. Bampi LNS, Guilherm D, Alves ED. Modelo Social: Uma nova abordagem para o tema deficiência. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2010; 14 (4): 9 telas.
13. Rizzini I, Menezes CD. Crianças e adolescentes com deficiência mental no Brasil: um panorama da literatura e dos dados demográficos. CIESPI: PUC-Rio. 2010.
14. CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Tabela de áreas do conhecimento [Internet] CNPQ. Brasília [citado 2014 abr. 22]. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>>.

15. Scherer DC. Para além da inclusão: a superação do conflito epistemológico entre o racionalismo e o antirracionalismo como um pressuposto para a humanização na formação de professores [tese]. Curitiba (PR): Pontifícia Universidade Católica do Paraná; 2012.
16. Murata MPF. Vulnerabilidade e resiliência: fatores de risco e proteção em escolares com necessidades educativas especiais [tese]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, 2013.
17. Bervig CE. Políticas educacionais de inclusão de alunos surdos na educação básica e a formação de professores [dissertação]. Curitiba (PR): Pontifícia Universidade Católica do Paraná; 2010.
18. Bisol C, Sperd TM. Discursos sobre a Surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. *Psic.: Teor. e Pesq.* 2010; 26 (1): 7-13.
19. Bueno J. Requisitos para um ambiente de comunicação como ferramenta de apoio na alfabetização bilíngue de crianças surdas [dissertação]. Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná; 2009.
20. Lima ALS. Desafio da formação do professor para a atuação com a inclusão de pessoas com deficiências, no ensino comum: análise dos cursos de pedagogia em sua inserção no contexto da educação inclusiva [dissertação]. Curitiba (PR): Pontifícia Universidade Católica do Paraná; 2009.
21. Tsukamoto NMS. Educação inclusiva em ambiente virtual de aprendizagem: uma proposta para a formação de professores [dissertação]. Curitiba (PR): Pontifícia Universidade Católica do Paraná; 2010.
22. Santos CLPS. Educação e escola inclusiva: um estudo a partir da abordagem educacional de Reggio Emilia [dissertação]. Curitiba (PR): Pontifícia Universidade Católica do Paraná; 2012.
23. Leonel WHS. O processo de escolarização do deficiente intelectual da educação básica e os desafios da prática docente: um debate relevante ao ensino superior [dissertação]. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2014.
24. Sierra MAB. A humanização da pessoa surdocega pelo atendimento educacional: contribuições da psicologia histórico-cultural [dissertação]. Maringá (PR): Universidade Estadual de Maringá; 2010.
25. Gatto DP. Teoria de L. S. Vigotski e o Atendimento Educacional aos Transtornos Globais do Desenvolvimento: da identificação da conduta desviante à formação do homem cultural [dissertação]. Maringá (PR): Universidade Estadual de Maringá; 2010.
26. Villela TCR. Uma criança com deficiência visual e múltipla: análise da comunicação e interação social [dissertação]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, 2012.
27. Lago DC. Reflexos da Política Nacional de Inclusão no município-polo de Vitória da Conquista/Bahia [dissertação]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2010.
28. Cambruzzi RC. Recursos pedagógicos acessíveis ao aluno com surdocegueira por Síndrome de Usher: um estudo de caso [tese]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2013.
29. Zuttin FS. Efeitos dos recursos de baixa tecnologia assistiva nas atividades lúdicas para crianças com paralisia cerebral na educação infantil [dissertação]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2010.
30. Rangni RA. Reconhecimento do talento em alunos com perdas auditivas no ensino básico [tese]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2012.
31. Gebrael TLR. Programa de capacitação de docentes para promover independência de crianças com baixa visão nas atividades de vida diária: Pro Avd [dissertação]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2009.
32. Silva CV. O trabalho pedagógico no ensino de espanhol para alunos com deficiência visual: um estudo na perspectiva histórico-cultural [dissertação]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2012.
33. Orlando PDA. O colega tutor de alunos com deficiência visual nas aulas de educação física [dissertação]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2010.
34. Oliveira GP. Intervenção pedagógica individualizada para alunos com deficiência intelectual: ensino de leitura em salas de recursos [tese]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2010.



35. Leme LMR. Informática como recurso pedagógico para a prática de uma professora de educação especial [dissertação]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2010.
36. Araoz SMM. Inclusão de alunos com deficiência múltipla: análise de um programa de apoio [tese]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2009.
37. Teixeira E. Identificação de barreiras para a escolarização inclusiva de alunos com deficiências físicas [dissertação]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2009.
38. Cruz RAS. Ensino médio no estado de São Paulo: desafios na escolarização de alunos com deficiência [dissertação]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2011.
39. Paulino VC. A criança com cegueira congênita na escola: uma análise da mediação de conceitos [dissertação]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2010.
40. Franca P, Barbato S. Construindo suportes para o cuidado: produção de discursos de professores sobre a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência. Athenea digital. 2009; 21-37.
41. Ravagnani A. A educação musical de crianças com Síndrome de Down em um contexto de interação social [dissertação]. Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná; 2009.
42. Silva AM. Psicologia e inclusão escolar: novas possibilidades de intervir preventivamente sobre problemas comportamentais [tese]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2010.
43. Cardoso C, Rocha JFL, Moreira CS, Pinto AL. Desempenho sócio-cognitivo e diferentes situações comunicativas em grupos de crianças com diagnósticos distintos. J Soc Bras Fonoaudiol. 2012; 24 (2): 140-144.
44. Moro MP, Souza APR. Três análises de linguagens no autismo. Rev. CEFAC. São Paulo, v. 13, n. 5. p. 944-953. 2011.
45. Ikonomidis VM. Estudo exploratório e descritivo sobre inclusão familiar de crianças com surdocegueira pré-linguística [dissertação]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2009.
46. Araujo RM. Empoderando pais para a luta pelos direitos de seus filhos com deficiência: pesquisa-ação emancipatória [tese]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2011.
47. Sanini C, Sifuentes M, Bosa CA. Competência Social e autismo: o papel do contexto da brincadeira com pares. Psic.: Teor. e Pesq. 2013; 10 (1): 99-105.
48. Ferroni GM. Ensino de conceitos a uma criança com deficiência visual por meio da brincadeira [dissertação]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2012.
49. Alves ACJ. A tecnologia assistiva como recurso à inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral [dissertação]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2009.
50. Veltrone AA. Inclusão Escolar do Aluno com Deficiência Intelectual no Estado de São Paulo [tese]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2011.
51. Aoki M, Oliver F, Nicolau S. Considerações acerca das condições de vida das pessoas com deficiência a partir de um levantamento em uma unidade básica de saúde de um bairro periférico do município de São Paulo. O Mundo da Saúde. 2011; 35 (2): 169-178.
52. Hiratuka E. Demandas de mães de crianças com paralisia cerebral em diferentes fases do desenvolvimento infantil [dissertação]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2009.